

**6. Estrutura Institucional Vigente no Setor de Transporte Urbano e
Desenvolvimento Urbano**

6. ESTRUTURA INSTITUCIONAL VIGENTE NO SETOR DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO URBANO NO ESTADO DO CEARÁ COM ÊNFASE PARA O MUNICÍPIO DE FORTALEZA

Com relação aos órgãos responsáveis pelo setor de Transporte e Desenvolvimento Urbano no Estado do Ceará podemos destacar.

6.1 No Âmbito Estadual

Secretaria dos Transportes, Energia, Comunicações e Obras – SETECO

Esta Secretaria tem dentre suas finalidades desenvolver a política de obras públicas, estradas e transportes, comunicações e eletrificação do Estado. Estão vinculados a ela o Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes – DERT que tem como missão elaborar O Plano Rodoviário do Estado, estudar e elaborar planos e projetos, objetivando a construção e manutenção de estradas de rodagem estaduais, estudar, projetar, construir ampliar, remodelar e recuperar prédios públicos estaduais, avaliar imóveis para fins de desapropriação ou alienação pelo Estado, criar, conceder, permitir, modificar, disciplinar, regulamentar, fiscalizar e controlar as linhas de transporte coletivos intermunicipais de passageiros, autorizar concessão de uso de rodovias estaduais e Terminais Rodoviários, disciplinar, regulamentar e controlar os serviços rodoviários intermunicipais de transportes e cargas do Estado, construir, manter, explorar, administrar e conservar aeroportos e campos de pouso, terminais rodoviários de passageiros e cargas e centros rodoviários de cargas e fretes e o METROFOR órgão que tem por função construir o metrô de Fortaleza.

Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SDU

A SDU tem por competência a coordenação das políticas do governo estadual nas áreas de Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento Básico e Meio Ambiente.

Dentre as entidades da administração indireta a ela vinculadas, que interessam ao Programa destacam-se a SEMACE – Superintendência Estadual de Meio Ambiente, órgão responsável pela defesa do meio ambiente no Estado e a Superintendência Estadual de Desenvolvimento Urbano – SEDURB a qual cuida do desenvolvimento urbano dos municípios do Estado do Ceará, cogita-se em sua extinção a partir do segundo semestre deste ano sendo suas funções incorporadas à futura Secretaria de Infraestrutura.

A SETECO e SDU deverão ser unificadas, sendo criada a Secretaria de Infraestrutura.

6.2 No Âmbito Municipal

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – SMDT

A SMDT tem por função básica proporcionar condições para a melhoria da qualidade de vida da população do município, nas áreas do controle urbano, meio ambiente, transportes, obras públicas municipais e limpeza urbana.

A Coordenadoria de Meio Ambiente e Controle Urbano tem as seguintes competências específicas:

- **Propor normas e especificações técnicas para:**

- a) classificação de projetos, edificações e uso de imóveis de impacto ou interesse supra-regional;
- b) implementação de medidas de preservação, restauração, controle e fiscalização ambiental;
- c) exame, aprovação, licenciamento e fiscalização da execução de projetos de parcelamento de solo, remembramento e desmembramento;
- d) exame e aprovação de consulta prévia, projetos, licenciamento e fiscalização de obras de construção, reforma e demolição, e de pequenas obras em edificações;
- e) exame, licenciamento e fiscalização da utilização dos imóveis;
- f) exame, licenciamento e fiscalização quanto à instalação de publicidade e propaganda;
- g) exame, licenciamento e fiscalização da instalação e funcionamento de elevadores e outros equipamentos de locomoção e transporte em edificações;
- h) utilização, destinação e fiscalização de logradouros públicos e imóveis municipais em geral.

A entidade a ela vinculada que interessa ao Programa se destaca a **Empresa Técnica de Transporte Urbano S.A. – ETTUSA**, a qual tem por objeto social a prestação de serviços, mediante remuneração justa e compatível com as regras do mercado nas áreas de transporte e tráfego.

A seguir apresenta-se o Organograma da Prefeitura Municipal de Fortaleza, e a descrição da função de cada Secretaria da Administração.

Organograma da Prefeitura Municipal de Fortaleza

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ASSESSORIA TÉCNICA DE DESENVOLVIMENTO E
RACIONALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA – Competência e Finalidade Básica

1. **Gabinete do Prefeito** – Tem por finalidade assistir administrativa, política e socialmente ao Prefeito, encarregando-se do gerenciamento de todas as atividades rotineiras e circunstâncias inerentes aos expedientes pessoais e oficiais do Prefeito, intermediando negociações entre o serviço e a comunidade.

As finalidades e as competências do Gabinete do Prefeito e sua estrutura organizacional estão definidas na lei nº 6.868 de 06 de junho de 1991, regulamentada pelo decreto nº 8522 de 24 de junho de 1997.

2. **Secretaria de Administração (SAM)** – Tem por finalidade estabelecer políticas, estratégias e a coordenação das ações dos sistemas municipais de administração e desenvolvimento de pessoal, material, suprimentos, patrimônio e imobiliário, comunicação administrativa, e a produção do Diário Oficial do Município, além da coordenação e execução das ações estratégicas inerentes a estes sistemas, podendo exercer outras atividades necessárias ao cumprimento de suas funções.

As finalidades e as competências da SAM e sua estrutura organizacional estão definidas no Decreto nº 10.158 de 05 de setembro de 1997.

3. **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS)** – Tem por função básica proporcionar condições para a melhoria da qualidade de vida da população de Fortaleza, responsabilizando-se pelo planejamento e articulação intersetorial das ações e políticas de promoção e recuperação das condições de emprego e renda, educação, saúde, abastecimento, habitação, cultura, esporte, lazer e ação social.

As competências da SMDS e sua estrutura organizacional estão definidas na lei nº 8.000, de 29 de janeiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 10.061 de 01 de abril de 1997.

4. **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (SMDT)** Tem por finalidade proporcionar condições para a melhoria da qualidade de vida da população da cidade, responsabilizando-se pelo planejamento e articulação intersetorial das políticas de controle urbano, meio ambiente, transporte, obras viárias, obras municipais e limpeza urbana.

As competências da SMDT e sua estrutura organizacional estão definidas na lei nº 8.000, de 29 de janeiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 10.060 de 01 de abril de 1997. O Decreto nº 10576, de 9 de agosto de 1999, regulamentou a integração das atribuições e competências do Instituto de Planejamento do Município – IPLAN à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – SMDT.

5. **Secretaria de Ação Governamental (SAG)** – Tem como finalidade a formulação de diretrizes gerais e indicação de prioridades que deverão nortear as ações governamentais,

apoio ao Conselho de Orientação Política e Administração Municipal (COPAM) na execução de suas tarefas e na articulação, consolidação e acompanhamento do planejamento e orçamento municipal, e as relações internas e externas do Governo Municipal com população.

As competências da SAG e sua estrutura organizacional estão definidas na lei nº 8.000, de 29 de janeiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 10.097 de 28 de maio de 1997.

6. **Secretarias Executivas Regionais (SER)** – São um total de 06 (seis) Regionais, cada qual em sua área de jurisdição, delimitada geograficamente, têm por função básica proporcionar a melhoria das condições de vida da população sob sua gestão, prestando serviços municipais, identificando e articulando o atendimento às necessidades e demandas dos grupos populacionais, considerados em sua dinâmica de uso do espaço urbano e peculiaridades sociais, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento territorial e meio ambiente, como ao desenvolvimento social.

As competências das Secretaria Executivas Regionais e sua estrutura organizacional estão definidas na lei nº 8.000, de 29 de janeiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 10.067 de 22 de abril de 1997.

7. **Procuradoria Geral do Município (PGM)** – Responsável pela defesa dos interesses municipais em juízo e fora dele, bem como pelas funções de consultoria jurídica.

A Legislação Orgânica da PGM esta definida na Lei Complementar nº 006, de 29 de maio de 1992.

8. **Secretaria de Finanças (SEFIN)** – Tem por finalidade desenvolver as políticas financeira, orçamentária, tributária, fiscal e de informática junto ao Poder Executivo Municipal.

A finalidade e as competências da SEFIN Estão definidas na Lei nº 6878, de 06 de junho de 1991, regulamentada pelo decreto nº 8532, de 24 de junho de 1991.

9. **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE)** – Tem por finalidade executar as ações estratégicas de promoção do desenvolvimento econômico auto sustentado do município de Fortaleza.

As finalidades e as competências da SMDE e sua estrutura organizacional estão definidas na Lei nº 8.283, de 30 de junho de 1999.

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – Competência e Finalidade Básica

1. **Instituto de Planejamento do Município (IPLAM)** – Tem por função básica coordenar a implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), através da elaboração e avaliação dos instrumentos de planejamento e controle urbano, da promoção de operações de urbanização e da elaboração de projetos urbanísticos de interesse do Município. (*EXTINTO*).

2. **Instituto de Pesos e Medidas de Fortaleza (IPEM)** - Tem por finalidade exercer as atividades pertinentes à política e ao sistema nacional de metrologia, em conformidade com a sistemática de descentralização e ampliação da defesa da cidadania da administração municipal.

As competências do Instituto de Pesos e Medidas de fortaleza e sua estrutura organizacional estão contidas no Decreto nº 10.533 de 14 de junho de 1999.

3. **Instituto de Previdência do Município (IPM)** – Tem por finalidade assegurar a concessão de benefícios tais como: pensão, pecúlio, auxílio natalidade, auxílio funeral aos segurados e seus dependentes, além de prestar assistência médico-odontológica, social e hospitalar aos segurados e dependentes.

As competências do Instituto de Previdência do Município e sua estrutura organizacional estão definidas no Decreto nº 10.259 de 02 de março de 1998.

4. **Instituto Dr. José Frota (IJF)** – Tem por finalidade prestar assistência médico-hospitalar de urgência aos habitantes do Município de Fortaleza de outros Municípios cearenses, mediante acordo e convênios.

As competências do Instituto Dr. José Frota e sua estrutura organizacional esta contida no Decreto nº 9.908 de 18 de julho de 1996.

5. **Instituto Municipal de Pesquisas, Administração e Recursos Humanos (IMPARH)** – Tem por finalidade gerar novas práticas administrativas e promover mudanças estratégicas nos órgãos municipais, de modo a elevar a capacidade gerencial do setor público, desenvolvendo pesquisas básicas, tecnológicas e sociais aplicadas, voltadas para o desenvolvimento do sistema produtivo do Município.

As competências do Instituto Municipal de Pesquisa e recursos Humanos e sua estrutura organizacional estão definidas na lei nº 8.087 de 30 de outubro de 1997.

6. **Fundação Municipal de Profissionalização de Geração de Emprego e Renda e de Difusão Tecnológica (PROFITEC)** – Tem por finalidade planejar e executar, ações voltadas à promoção da profissionalização e incentivo à geração de empregos e renda e a difusão de tecnologias necessárias ao desenvolvimento de micro empresas e das relacionadas a iniciativas comunitárias nas áreas de habitação popular, saneamento básico, educação e saúde. (*EXTINTO*).
7. **Fundação Cultural de Fortaleza** – Tem por finalidade preservar o universo cultural e a memória nacional, patrocinar, promover e assessorar eventos e programas culturais. (Nova denominação: Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Fortaleza – FUNCET).

As competências da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Fortaleza e sua estrutura organizacional estão definidas na lei nº 8.283, regulamentada pelo Decreto nº 10555 de 14 de julho de 1999.

8. **Fundação da Criança da Cidade (FUNCI)** – Tem por finalidade exercer ação preventiva e educativa junto a criança e adolescentes em situação de risco pessoal e social, no Município de Fortaleza, visando promover a inclusão social, reestabelecer vínculos sociais e familiares e incentivar o exercício da cidadania.

As competências da fundação da Criança e da Cidade e sua estrutura organizacional estão definidas no Decreto nº 3.574 de 07 de dezembro de 1970.

9. **Fundação para o Desenvolvimento Turístico de Fortaleza (FORTUR)** – Tem por finalidade executar a política municipal de desenvolvimento do turismo, contribuindo para a geração de emprego e renda no município. (*EXTINTA*).
10. **Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (EMLURB)** – Tem por finalidade planejar, coordenar, executar e supervisionar as operações de limpeza urbana, paisagismo e comercialização dos próprios da Prefeitura, prestar serviços de zeladoria, limpeza, portaria e vigilância a órgãos e entidades públicas.

As competências da Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização – EMLURB e sua estrutura organizacional estão definidas na lei nº 6.223, de 28 de setembro de 1987, regulamentada pelo Decreto nº 8.849 de 21 de julho de 1992.

11. **Companhia de Transportes Coletivo (CTC)** – Tem por finalidade explorar a Indústria de Transportes Coletivos, realizar estudos técnicos com vistas à elaboração de planos, programas e projetos de transportes coletivos.

As competências da Companhia de Transporte Coletivo e sua estrutura organizacional estão definidas na Resolução nº 001 de 28 de maio de 1991.

12. **Empresa Técnica de Transporte Urbano S.A. (ETTUSA)** – Tem por objetivo básico a prestação de serviços na proposição de: normas, estudos, planejamento, estruturação e operação do sistema municipal de transporte, abrangendo os transportes coletivos em todas as suas modalidades, o serviço de taxi, transporte fretado e o serviço de mototaxi, na cidade de Fortaleza.

As competências da Empresa técnica de Transporte Urbano de Fortaleza – ETTUSA e sua estrutura organizacional estão definidas na lei nº 7.481 de 23 de dezembro de 1993, regulamentada pelo Decreto nº 10.109 de 20 de junho de 1997.